

Tênuos benefícios

NELSON BARRIZZELLI

As últimas notícias mostram que o acordo provisório sobre a dívida externa está fechado.

Nas áreas oficiais pouco se fala sobre o assunto. A esquerda do PMDB continua criticando. No Ministério da Fazenda, os comentários são escassos, enquanto os negociadores, recém-chegados dos Estados Unidos, procuram demonstrar que o acordo atende às reivindicações básicas do Brasil.

Em outras épocas, eram os Ministros da Fazenda e do Planejamento que participavam dessas conversações diretamente com os Governos e bancos credores. O Presidente do Banco Central articulava o processo.

Hoje, no Brasil do faz-de-contas, o Ministro da Fazenda se refugia, prudentemente, em Brasília, em companhia dos economistas do PMDB, enquanto o Presidente do Banco Central dá entrevistas desencontradas sobre a ida ou não ao FMI. Enquanto isto, as conversações no exterior são conduzidas por personalidades de reputação internacional que têm delegação para negociar em nome do País, mas não podem ocupar cargos públicos, pois o PMDB não dá o seu aval para tanto.

Deve ser estranho para os interlocutores, que os principais responsáveis pela condução da economia e, por consequência, avalistas dos planos futuros, es-

tejam ausentes das mesas de negociações.

De qualquer modo, os benefícios desse acordo provisório são muito tênues uma vez que ele é, propositalmente, vago. De prático ele tem dois aspectos positivos: O restabelecimento dos créditos de curto prazo, principalmente nas áreas de exportação e interbancária e a manutenção do Brasil no rol de possíveis pagadores, evitando-se a classificação do País como inadimplente.

Este último benefício é mais importante para os bancos do que para o Brasil, pois, se não houvesse acordo, o débito, ou parte dele, deveria ser jogado contra as reservas patrimoniais, descapitalizando fortemente o sistema bancário americano com repercussões fora daquele país.

Mas de novos investimentos, nem se fala.

Portanto, o que se está fazendo mais uma vez, é um golpe de cena muito comum no atual governo, do tipo "moratória técnica", "pagamento simbólico", "conversão da dívida em títulos desagiados" e outras aventuras do gênero.

Em suma, é um acordo para passar o ano, enquanto 1988 não chega.

O que é preciso entender é que somos uma economia dependente sem capacidade interna de gerar poupança suficiente para alimentar nossos investimentos. Quando a fonte externa "secou" em 1982, com a quebra do México, os investimentos em capaci-

dade produtiva simplesmente pararam. Caimos na recessão com inflação galopante e até agora não saímos delas. Por falta de novos investimentos estamos "argentinizando" nosso parque industrial.

O lamentável, neste caso, é que nossos grandes credores estão ansiosos para fazer um acordo significativo com o Brasil, desde que a moratória seja suspensão de fato e concordemos com algum tipo de supervisão do FMI, uma vez que já provamos nossa incapacidade de autoconduzir, estavelmente, nossa economia.

O verdadeiro problema que estamos enfrentando no exterior é de credibilidade a curto prazo, pois o Brasil é visto pelos investidores estrangeiros como um país de alto potencial e muito atraente para a aplicação de recursos. Basta removermos alguns obstáculos e o dinheiro externo começará a fluir novamente.

A remoção desses obstáculos passa pela reformulação do desastroso projeto de Constituição que está sendo gerado, pela eliminação da xenofobia nacionalista que impregna certos escalões governamentais, pela abertura do País ao capital estrangeiro, com o direito de entrar e sair livremente e pela renúncia do Governo ao papel de "xerife" da economia.

Nelson Barrizzelli é professor da Faculdade de Economia e administração da Universidade de São Paulo.